

Política de Privacidade

Apresentação da Alfa Consultoria Jurídica Jr.

Somos uma Empresa Júnior soteropolitana especializada no âmbito jurídico, com grande destaque na área de Propriedade Intelectual. Com 8 anos de empresa, nossas ações resultaram em padrões de excelência e profissionalismo, assessorando, juridicamente, clientes de todo o Brasil.

A Alfa Consultoria Jurídica Júnior tem o compromisso com a transparência, a privacidade e a segurança dos dados de seus clientes durante todo o processo de interação com nosso site. Para que entendam melhor quais informações coletamos e como as utilizamos, armazenamos ou excluimos, detalhamos a seguir nossa Política de Privacidade.

Os dados cadastrais dos clientes não são divulgados para terceiros e são usados apenas para cadastro no site Alfa Consultoria Jurídica Júnior.

A fim de facilitar o entendimento da nossa Política de Privacidade, apresentamos um resumo:

Agente de tratamento dos dados: Alfa Consultoria Jurídica Júnior.

Papel da Alfa Consultoria Jurídica Júnior no tratamento dos dados: Predominantemente Controlador.

Tipo de informações pessoais coletadas: A Alfa Consultoria Jurídica Júnior coleta as informações que o Cliente fornece quando se cadastra e cria uma conta em nosso site.

Com que finalidade utilizamos seus dados pessoais?

- Para o cadastro no site da Alfa Consultoria Jurídica Júnior;
- Para enviar comunicações sobre serviços e proporcionar uma melhor experiência ao Cliente, fazendo com que a Alfa Consultoria Jurídica Júnior seja ainda mais relevante em seu dia a dia.

Seus direitos

A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) dá ao Cliente o direito de solicitar à Alfa Consultoria Jurídica Júnior, a qualquer momento, mediante requisição formal, informações referentes aos dados tratados.

Para que a Política de Privacidade seja bem compreendida, é fundamental esclarecer alguns conceitos importantes:

- **Cliente** – toda pessoa física que adquire produtos ou serviços no site e aplicativo;
- **Dados pessoais** – qualquer informação relacionada a uma pessoa que a identifique ou que, usada em combinação com outras informações tratadas, identifique um indivíduo. Ainda, qualquer informação por meio da qual seja possível identificar uma pessoa ou entrar em contato com ela.
- **Tratamento de dados pessoais (Tratamento)** – considera-se tratamento de dado pessoal a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, comunicação, transferência, difusão ou extração de dados de pessoas físicas.
- **Titular de dados (Titular)** – qualquer pessoa física que tenha seus dados pessoais tratados pela Alfa Consultoria Jurídica Júnior.
- **Finalidade** – o que queremos alcançar com o tratamento de dados pessoais.
- **Necessidade** – o tratamento de dados pessoais deve se limitar ao mínimo necessário para o propósito almejado. Ou seja, deve ser pertinente, proporcional e não excessivo.
- **Consentimento** – autorização clara e objetiva que o titular dá para tratamento de seus dados pessoais com finalidade previamente estipulada. Após dar o

consentimento, você pode revogá-lo a qualquer momento. A revogação não cancela os processos realizados previamente.

Esta Política cobre o Tratamento que a Alfa Consultoria Jurídica Júnior realiza das informações capazes de identificar o indivíduo quando este acessa e faz o uso do Site da Alfa Consultoria Jurídica Júnior. A Alfa Consultoria Jurídica Júnior proporciona, assim, as informações técnicas adequadas e necessárias para que este possa, com caráter prévio, ter conhecimento e concordar com esta Política.

Caso o Usuário ou o Cliente não concorde com esta Política de Privacidade, não deverá utilizar os serviços. Dessa forma, o quanto estabelecido neste documento deve ser lido com atenção e, em caso de dúvida, é possível o contato direto com a Alfa Consultoria Jurídica Júnior.

Condição de Aceite:

Ao navegar no site da Alfa Consultoria Jurídica Jr., o usuário estará concordando com os "Termos de Uso e Política de Privacidade", de forma que a navegação e a utilização do site representa a aceitação destes termos. É considerado uso do site:

1. Acessar e utilizar o site de qualquer forma, incluindo navegação, visualização, recebimento e transmissão de dados, informações e / ou mensagens do site;
2. Cadastro em newsletter, página de contato e / ou página de acesso para conteúdo disponibilizado no site.

Não aceitação dos Termos de Uso e Política de Privacidade

Caso não concorde com quaisquer dos termos e condições não utilize o site da Alfa Consultoria Jurídica Jr., pois a sua utilização implica em concordância integral e incondicional dos "Termos de Uso".

Caso tenha qualquer dúvida, entre em contato com a Alfa Consultoria Jurídica Júnior através do número telefônico **+55 71 99909-1510** ou através do e-mail **contato@alfaconsultoriajuridicajr.com**, inserindo como assunto do e-mail: "Política de Privacidade".

Quando esta Política menciona "Alfa Consultoria Jurídica Júnior", "nós" ou "nosso", bem como as variações gramaticais da primeira pessoa do plural, ela se refere à empresa Alfa Consultoria Jurídica Júnior - Associação Privada, regularmente inscrita no CNPJ sob nº 20.011.222/0001-17, utilizado para a coleta, armazenamento e gerenciamento das informações fornecidas pelos usuários, e detentora de todo e qualquer direito relacionado a ele.

1. A quem essa Política de Privacidade se aplica?

Aplica-se a todos os clientes cadastrados no site da Alfa Consultoria Jurídica Júnior, que têm os dados pessoais tratados por nós.

2. Que tipo de informações pessoais coletamos e utilizamos?

A Alfa Consultoria Jurídica Júnior apenas coleta e armazena informações fornecidas pelos clientes cadastrados, sendo estas:

- **Informações que o cliente nos fornece no momento de cadastro:** Nome completo; E-mail; Telefone; Estado.

- **Informações coletadas automaticamente:** Nenhuma informação é coletada

automaticamente, elas são recolhidas apenas com o preenchimento dos formulários, com o consentimento do próprio usuário do site Alfa Consultoria Jurídica Júnior.

3. Porque solicitamos seus dados pessoais?

- **Tutela do crédito:** para fins administrativos e de gestão, pois uma vez recolhido o CPF, é possível ter uma melhor administração a respeito dos pagamentos realizados pelo contratante.

- **Prevenção de fraude:** A prevenção de fraude vai ocorrer a partir do recolhimento do CPF de cada cliente no momento do cadastro, viabilizando uma maior gestão e prevenção de situações fraudulentas no momento do atendimento.

O fornecimento dos seus dados requeridos no momento de cadastro permite:

- Enviar atualizações sobre o status do serviço e promover comunicações acerca dos projetos e de possíveis reuniões;
- Prestar serviços adequados às necessidades do Cliente;
- Melhorar a experiência dos clientes na Alfa Consultoria Jurídica Jr.;
- Fazer análises e pesquisas de mercado;
- Manter o Cliente informado sobre os produtos e serviços que oferecemos;
- Executar publicidade online direcionada a certos serviços;
- Prevenir, detectar e investigar atividades que estejam em desacordo com o nosso Código de Conduta ou que sejam proibidas ou ilegais; melhorar nosso website, produtos e serviços.

A Alfa Consultoria Jurídica Jr. utiliza bases legais, que podem variar de acordo com a finalidade da coleta, para tratar os dados pessoais dos clientes. O prazo de

armazenamento pode mudar conforme a base legal aplicável a cada situação e à respectiva finalidade.

3.1 Serviços de marketing

Os serviços de marketing são oferecidos por meio de comunicações gratuitas sobre serviços e dirigidas ao Cliente, relacionadas ao seu cadastro no site e ao contato que teve conosco. Esse serviço abrange e-mails, SMS e WhatsApp.

4. Com quem compartilhamos seus dados?

Se o controlador precisar comunicar ou compartilhar dados pessoais dos seus clientes com terceiros, ele deve obrigatoriamente obter consentimento expresso do titular para esse fim. Entretanto, existem situações em que o consentimento é dispensado, são elas:

- Quando os dados tratados já foram tornados públicos pelo titular;
- Quando os dados forem indispensáveis para o controlador cumprir obrigações legais ou regulatórias;
- Quando o tratamento compartilhado de dados for necessário para a execução de políticas públicas;
- Para que os órgãos de pesquisa possam realizar estudos, sempre observando a anonimização de dados pessoais sensíveis;
- Para o exercício regular de direitos, incluindo contrato e processo judicial, administrativo e arbitral;
- Em caso de proteção da vida ou segurança física do titular dos dados ou de terceiros;
- Para tutela de saúde, em procedimentos que devem ser realizados por profissionais ou serviços de saúde/autoridade sanitária;

- Para garantir que o titular dos dados esteja seguro e prevenido de fraudes, sempre observando o direito à informação e transparência garantido pela lei (exceto em casos onde a proteção dos dados seja fundamental para garantir direitos e liberdades).

O uso compartilhado de dados entre pessoas jurídicas de direito público será permitido com o objetivo de executar políticas públicas discriminadas na lei, respaldadas por contratos e convênios

.Art. 26. O uso compartilhado de dados pessoais pelo Poder Público deve atender a finalidades específicas de execução de políticas públicas e atribuição legal pelos órgãos e pelas entidades públicas, respeitados os princípios de proteção de dados pessoais elencados no art. 6º desta Lei.

Art. 27. A comunicação ou o uso compartilhado de dados pessoais de pessoa jurídica de direito público a pessoa de direito privado será informado à autoridade nacional e dependerá de consentimento do titular, exceto:

I - nas hipóteses de dispensa de consentimento previstas nesta Lei;

II - nos casos de uso compartilhado de dados, em que será dada publicidade nos termos do inciso I do caput do art. 23 desta Lei; ou

III - nas exceções constantes do § 1º do art. 26 desta Lei.

Parágrafo único. A informação à autoridade nacional de que trata o caput deste artigo será objeto de regulamentação.

O compartilhamento de dados entre uma pessoa jurídica de direito público e uma empresa privada é proibido pela LGPD, salvo algumas exceções, sendo elas as descritas no Art. 27, além das seguintes:

- Quando esses dados já estiverem expostos publicamente;
- Quando a execução descentralizada da atividade pública exigir a transferência para esse fim específico.

5. Por quanto tempo armazenamos informações pessoais?

Armazenamos as informações dos Clientes de acordo com as normas de prescrição do Direito brasileiro.

O término do tratamento dos dados pessoais do titular, e a sua consequente eliminação da base de dados da organização, ocorrerá quando:

- A finalidade para a qual foi coletado foi alcançada, ou na hipótese de os dados não serem mais necessários ou pertinentes para aquela finalidade informada;
- O titular exercer seu direito de revogação do consentimento (quando essa for a base legal para o tratamento), ou de oposição;
- Pelo decurso do prazo de tratamento, como estabelecido pela organização por determinação da ANPD, quando constatada violação à LGPD.

6. Quais são os direitos do titular de dados?

A LGPD define que toda pessoa natural tem assegurada a titularidade de seus dados pessoais e garantidos os direitos fundamentais de liberdade, de intimidade e de privacidade, de acordo com os preceitos da referida lei.

É um direito do Titular pessoais solicitar ao Controlador informações, a qualquer tempo e mediante requisição, acerca:

- da confirmação da existência de tratamento de seus dados pessoais;
- do acesso aos seus dados pessoais tratados pela empresa;
- da correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
- da anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na LGPD (Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018);
- da portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa, que devem estar de acordo com a regulamentação da autoridade nacional, observados os segredos comercial e industrial;
- das entidades públicas e privadas com as quais o controlador realizou uso compartilhado de dados;
- da possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa;
- da eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular, exceto nas hipóteses previstas no art. 16 e incisos da LGPD, quais sejam:
 - cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;
 - estudo por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais;
 - transferência a terceiro, desde que respeitados os requisitos de tratamento de dados dispostos nesta Lei; ou
 - uso exclusivo do controlador, vedado seu acesso por terceiro, e desde que anonimizados os dados.

7. Como o titular pode exercer seus direitos?

Para exercer os direitos elencados anteriormente o titular dos dados pode editar suas permissões de privacidade através do Painel da Sua Conta.

Caso você busque o exercício de um direito que não está previsto na conta, é possível que você entre em contato conosco através do e-mail: **contato@alfaconsultoriajuridicajr.com**, ou através do número de telefone em nosso Fale Conosco: **+55 71 99909-1510**. Qualquer solicitação feita através do nosso email pode demorar 5 dias úteis para ser respondida, e os dados do cliente serão devidamente atualizados dentro de igual período.

Este procedimento poderá ser realizado pelo titular dos dados pessoais ou por seu representante legal.

O exercício dos direitos decorrentes da LGPD poderá ser realizado individualmente pelo titular dos dados ou por seu representante legal, sendo também resguardado o direito à tutela coletiva.

Em caso de impossibilidade de adoção de medida imediata para o atendimento das solicitações requeridas pelo titular, enviaremos uma resposta que informe quais são as razões de fato ou de direito que estão provocando esse impedimento, conforme o art. 18º, § 4º da LGPD.

Além disso, caso deseje alterar preferências em relação às nossas notificações de marketing (promoções, ofertas exclusivas, aviso de novas aulas disponíveis, entre outros), a qualquer momento, você pode cancelar a assinatura clicando no link enviado junto com o e-mail do marketing.

O Usuário poderá solicitar o cancelamento de sua conta através do e-mail **contato@alfaconsultoriajuridicajr.com** e/ou a qualquer tempo, realizar ele mesmo a exclusão de sua conta, através do site, sendo resguardado o necessário adimplemento das obrigações estabelecidas previamente com o site.

No momento em que o Usuário exclui sua conta no site, os seus dados cadastrais serão excluídos, porém as informações de guarda obrigatória, em conformidade com determinação legal, relacionadas a impostos, relatórios legais e auditorias, serão mantidas.

8. Menores de idade podem comprar na Alfa Consultoria Jurídica Júnior?

A Alfa Consultoria Jurídica Júnior vende produtos para menores de idade, mas devem ser comprados por adultos. Se você tem menos de 18 anos de idade, precisará fazer a compra junto com um de seus pais ou responsável.

9. Como entrar em contato com o encarregado da proteção de dados da Alfa Consultoria Jurídica Júnior?

Através do email **contato@alfaconsultoriajuridicajr.com** ou do telefone **+55 71 99909-1510**.

10. Legislação e foro

As informações constantes à essa Política de Privacidade seguem em conformidade com a legislação vigente da República Federativa do Brasil, tendo especial atenção à Lei nº 13.709/18 (Lei Geral de Proteção de Dados) e à Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor.)

O foro eleito, nos casos em que incida a hipótese prevista pelo Art. 101, I da Lei 8.078/90, será aquele de domicílio do cliente para dirimir quaisquer dúvidas. O foro eleito para outros casos em que não incidam tal hipótese será o da Comarca de Salvador, Bahia.

11. Alterações a esta Política de Privacidade

O conteúdo desta Política poderá ser revisto periodicamente. Durante estas revisões, determinadas alterações poderão acontecer, que alterem esta política.

A Alfa Consultoria Jurídica Júnior se reserva o direito de alterar os "Termos de Uso" a qualquer tempo, com o aviso ou a aceitação prévia restando prescindível. A verificação constante destes "Termos de Uso" é recomendável, e quaisquer dúvidas poderão ser solucionadas por meio do e-mail **contato@alfaconsultoriajuridicajr.com**.

Você será informado sobre estas alterações com pelo menos **7 (sete) dias corridos** antes que ela entre em vigor.

Independente do teor da alteração, se esta alteração exigir seu consentimento, a Alfa Consultoria Jurídica Júnior enviará uma solicitação para que você forneça novo consentimento. Apenas com este novo consentimento que será possível continuar utilizando nossos serviços e nosso site.

É recomendável que se observe e leia esta Política sempre que houver uma nova alteração. Ao final desta política, informamos qual foi a data da última revisão.

Última Revisão: 20/04/2021.